

LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO: UMA ABORDAGEM ACERCA DA TEORIA DA FIGURAÇÃO DO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN¹

José Edmar Lima Filho²
Erminio de Sousa Nascimento³

RESUMO

O presente artigo versa sobre a possibilidade de uma figuração lógica da realidade, através do método de projeção do pensamento, mostrando a linguagem como um caminho plausível, dentro da Filosofia da Linguagem de Wittgenstein, expressa no *Tractatus Logico-philosophicus*. Neste intuito se imiscui a tentativa de exploração, ainda que não muito pormenorizada, dos componentes principais envolvidos desta tarefa, a saber, o mundo, a linguagem e o pensamento, apesar de se levar em conta as dificuldades que tal estudo apresenta, bem como o reconhecimento de que se busca apenas levantar algumas chaves de leitura para a compreensão da supradita questão, sem pretender abarcar o todo que o pensamento wittgensteiniano propõe.

Palavras-chave: Wittgenstein; *Tractatus Lógico-philosophicus*; mundo; linguagem; pensamento; método de projeção; Teoria da Figuração.

Introdução:

A síntese que por ora introduzimos tem o objetivo de apresentar, mesmo que em linhas gerais, a possibilidade de se haver uma figuração lógica da realidade pelo uso de uma linguagem científica, por meio do pensamento enquanto método projetivo; mas se pretende fazer tal coisa levando em conta a abordagem própria da filosofia de Wittgenstein expressa na primeira fase de seu pensamento, no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Sabemos, entretanto, que a proposta que se sugere nas linhas subseqüentes versam sobre uma temática bastante complexa, a qual, justamente por isso, não se buscará esgotar nas palavras seguintes; considerando-se, pois, as dificuldades intrínsecas ao *instrumentum laboris* elencado para estudo, pode-se adentrar o terreno árduo do pensamento de Wittgenstein (em sua primeira fase) sem muitas pretensões, a não ser a de pôr à vista uma sugestão compreensiva para a questão referente à Teoria da Figuração presente no *Tractatus*, levando-se em conta sempre três cômputos que são

¹ O presente artigo se baseia no trabalho monográfico de graduação em Filosofia de mesmo título e autor, à época concludente do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA no ano de 2004.

² José Edmar Lima Filho é seminarista da Diocese de Sobral – Ce, Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, atualmente Bacharelando em Teologia pelo Instituto Teológico-Pastoral do Ceará – ITEP.

³ Professor Ms., orientador. Curso de Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA

como que o chão que sustenta toda a reflexão do autor relevado no que toca à supramencionada teoria figurativa da realidade, a saber: o mundo, a linguagem e o pensamento (método de projeção).

Utilizar-se-á na sucessão das palavras componentes desta pequena síntese um método estrutural que levará a cabo os alicerces supraditos da concepção wittgensteiniana, dedicando-lhes uma certa atenção ao desdobrá-los em pontos diferentes, mesmo que em muitos momentos seja quase que impossível separá-los completamente, dado que, como se verá, eles se interpenetram necessariamente.

O que se quer, pois, é que aqui o leitor possa encontrar algumas chaves de leitura que o possam auxiliar num entendimento, ainda que parcial, da obra sugerida de Wittgenstein, pondo à vista a possibilidade de figuração da realidade pelo pensamento, que envolve a linguagem, ao menos como proposta plausível, devendo ser levada em consideração no âmbito da Lógica e da Filosofia da Linguagem como algo marcante no que diz respeito à Filosofia Contemporânea.

1. O Mundo

Falar do *mundo* em Wittgenstein significa adentrar num terreno cujo adubo é a Ontologia. E mesmo que o filósofo em questão queira desvencilhar a linguagem científica de todas as amarras do psicologismo ou de asseverações próprias de terminologias éticas e metafísicas, ainda assim o autor saliente realiza suas constatações sobre a realidade do mundo tocando a esfera do ontológico.

Importante na ocasião presente é apresentar os componentes essenciais do mundo no *Tractatus*. Para tanto, põe-se à vista, sobretudo três grandes membros formadores de tal mundo, a saber, os *objetos* (ou *coisas*), os *estados de coisas* e os *fatos*. *In loco* se trabalhará cada um deles, sabendo da interdependência ou recíproca ingerência entre os mesmos.

Wittgenstein, a despeito da temática presente, afirma que “os objetos constituem a substância do mundo” (TLP § 2.021). Substância, do verbo latino *substare*, indica exatamente aquilo que subsiste, que dá a sustentação, independentemente das outras coisas, o que leva à constatação de que, na acepção wittgensteiniana, os objetos assumem um caráter substancial ou fundamental em relação ao mundo; e se a substância

não pode ser algo complexo, o objeto só pode ser simples (cf. TLP § 2.02), sendo, desse modo, como que uma *forma fixa* de tal mundo.

Mas há que se ressaltar que o objeto tão mencionado nessas linhas não deve ser visto como um objeto físico, pura e simplesmente. Em Wittgenstein, em última instância se fala de um “objeto lógico”, se assim se pode dizer. E quando se faz referência a um objeto lógico, diz-se não de uma dada coisa em suas propriedades materiais, senão de suas propriedades internas, a saber, de sua possibilidade de relação com outros objetos. Melhor: “não podemos pensar em *nenhum* objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros [objetos]” (TLP § 2.011), de sorte que tal objeto, em si mesmo, só pode determinar uma *forma*, não propriedades materiais.

À ligação entre os objetos o filósofo aqui posto em destaque imporá a nominação de *estados de coisas*. Interessante, pois, é perceber que “é essencial para a coisa [ou objeto – como se disse há pouco] *poder ser* parte constituinte de um estado de coisas” (TLP § 2.011), o que faz dos objetos capazes de poder aparecer em todas as situações possíveis (cf. TLP § 2.0122), enfim, serem *auto-suficientes*. Há aqui claramente como que uma negação da coisa em si, na medida em que, enquanto vinculada à “possibilidade de aparecimento do objeto em todas as situações” (a que Wittgenstein chamará de *forma do objeto*), a auto-suficiência da coisa aponta conseqüentemente para uma forma de não ser auto-suficiente, dado que o objeto só se nos apresenta em estados de coisas.

Conhecer, portanto, um objeto implica no conhecimento de todas as possibilidades de aparecimento do mesmo nos estados de coisas, e, por conseguinte, de suas propriedades internas (cf. TLP § 2.0123; § 2.01231), o que leva a enxergar que a cognoscibilidade da coisa não pode ser desvinculada dos estados de coisas que lhe estão como que subjacentes. E mais: se “os objetos contêm a *possibilidade de todas as situações*” (TLP § 2.014), ratifica-se desse modo aquela *forma do objeto* sugerida, pela qual se entende a possibilidade da liga de suas relações com outras coisas, possibilidades estas identificadas como suas formas próprias de *espaço, tempo e cor*. Essas formas são formas fixas dos objetos; e como são os objetos os únicos a existir, constituinte do *substare* do mundo, garante a existência de uma dita *forma fixa* em tal mundo.

Sobre o objeto é fácil, portanto, enxergar que na ótica wittgensteiniana “o fixo, o subsistente e o objeto são um só” (TLP § 2.027), mesmo que se admita a variabilidade existente no mundo como algo irrefutável. Mas aquilo que é variável e instável não é o objeto, mas a *configuração* (cf. TLP § 2.0272) que comporta tanto os estados de coisas quanto os fatos.

Os *fatos* e os *estados de coisas* são realidades muito próximas, ao menos semanticamente, dentro do pensamento de Wittgenstein. A grande diferença entre eles não se dá em sua estrutura interna, dado que ambos são constituídos pelos objetos. Ao invés, os fatos e os estados de coisas só se diferenciam pela possibilidade. Explicando melhor: se o estado de coisa é uma possível ligação entre objetos que poderia ser diferente, o fato é algo já consumado, algo ocorrido, de sorte que um fato nada mais é do que um estado de coisa existente, sendo o que é o caso, nas palavras do *Tractatus*, onde se lê que “o mundo é tudo o que é o caso” (TLP § 1) ou ainda “o que é o caso, o *fato*, é a existência de estados de coisas” (TLP § 2).

Em conformidade com o já exposto é possível estabelecer uma relação entre o que é o caso e o fato. Mais: se os fatos determinam o mundo e tudo o que é o caso, conseqüentemente também determinam o que não o é levando a crer que a totalidade dos fatos converge para a existência dos estados de coisas como aquilo que é o caso.

Os fatos e os estados de coisas, pois, possuem semelhanças; mais ainda no que toca à sua estrutura, de modo que “a estrutura do fato consiste na estrutura dos estados de coisas” (TLP § 2.034). E, já que “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (TLP § 1.1), é fácil concluir com o filósofo que “a totalidade dos estados *existentes* de coisas é o mundo” (TLP § 2.04). Mas é importante se levar em conta que há – pelo menos é o que se subentende lendo as entrelinhas dos aforismos do *Tractatus* – estados de coisas inexistentes, que não são fatos, mas apenas possibilidades. Eles também são considerados por Wittgenstein: “a totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existam” (TLP § 2.05). Eles são, logo, independentes, de tal modo que “da existência ou inexistência de um estado de coisas não se pode concluir a existência ou inexistência de um outro” (TLP § 2.062). E é exatamente tal existência e inexistência de estados de coisas que se denomina *realidade*, ou melhor, “a realidade total é o mundo” (TLP 2.063).

Mas essa realidade pode ser figurada. Aliás, há mesmo uma figuração dos fatos (cf. TLP § 2.1), sendo tal figuração nada mais que “[...] um modelo da realidade” (TLP § 2.12). Como, entretanto, ela se faz?

2. A Linguagem

Assim como se fez ao trabalhar o conceito de mundo, no cômputo da Linguagem é necessária uma prévia caracterização de seus elementos constituintes, indicados como os *nomes* e as *proposições*. Eles, além de comporem a linguagem, são os garantes de que, mediante a comparação com o mundo e seus componentes, possa haver pelo pensamento uma figuração da realidade como algo possível.

Daqui se segue como prosseguimento desta abordagem sintética, que os *nomes* e as *proposições* formadas por eles em seus agrupamentos logicamente constituídos são levados em conta no *Tractatus* sempre tendo em vista a figuração da realidade mediante o uso de uma linguagem científica, livre de toda e qualquer espécie de psicologismo. Como se disse anteriormente, Wittgenstein procura uma linguagem científica que não se abasteça de subjetivismos e que seja, portanto, imparcial em sua figuração dos fatos, sem levar em conta questões da ética ou da metafísica, dado que as mesmas não possuem referente na realidade concreta do mundo ao qual possam se comparar suas proposições. De qualquer modo, aqui já se adianta o método projetivo do pensamento; mas neste ponto apenas se demorará *a posteriori*.

Quanto aos nomes se vê no *Tractatus* uma correspondência interessante com os objetos mencionados no âmbito do mundo. Isto porque, assim como os objetos no mundo não são passíveis de ser pensados fora de sua relação com outros, sempre tendo em conta suas formas fixas de espaço, tempo e cor, os nomes sozinhos nada dizem; eles apenas possuem significado quando de seu agrupamento com outros nomes, formando proposições, de maneira que há uma indissolubilidade fundamental entre ambos, motivo pelo quais tais termos sempre se cruzarão no decorrer desta exposição.

O porquê de se insistir na questão das proposições, crê já fora acenado; mas há uma melhor visualização disso quando se considera as palavras do *Tractatus*, segundo as quais “a totalidade das proposições é a linguagem” (TLP § 4.001).

Voltando, contudo, ao que se falou sobre os nomes, e dando prosseguimento ao anteriormente dito, já se afirmou à necessidade de que os mesmos se agrupem em

proposições válidas para que alcancem significado, apesar de saber que tais nomes são como que os constituintes últimos da linguagem. Há uma relação de proporção aqui, se é que se pode utilizar esta expressão: como os objetos estão para o mundo no nível da substância, do mesmo modo estão os nomes para a linguagem, de sorte que há algo em comum entre tais elementos. A este “algo em comum” Wittgenstein chamará *forma lógica*. De outro modo, dir-se-ia: na linguagem os objetos são nomeados, os fatos, descritos; por isso se diz que “o nome substitui, na proposição, o objeto” (TLP § 3.22).

Entretanto, não é qualquer mistura de nomes, aleatoriamente, que dá origem a uma proposição. Na verdade, ela possui uma organização interna, certa lógica, sendo articulada (cf. TLP 3.141); se assim não fosse, nunca se poderia saber o sentido de uma proposição, ou seja, não haveria meio de se compreender se ela seria verdadeira ou falsa. A esta articulação interna o *Tractatus* denomina *signo proposicional* (ou sinal proposicional). Em última instância, pois, fica claro que deve haver um meio para se comprovar a veracidade ou falsidade de uma proposição.

O método proposto por Wittgenstein é exatamente o método comparativo. Explicando melhor: só se pode saber o sentido de uma proposição quando se realiza uma comparação entre seu enunciado e a realidade, ou melhor, entre o signo proposicional e a realidade factual. Assim fica mais fácil compreender que o sinal proposicional nada mais é do que “o sinal por meio do que exprimimos o pensamento” (TLP § 3.12), sendo a proposição “[...] o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (TLP § 3.12).

Mais ainda: se afirmou que o sinal proposicional tem em si a marca da relação entre seus elementos constituintes (os nomes), ele próprio é um fato (cf. TLP § 3.14). Desse modo, se diz que “Jorge é jogador de futebol”, e se compara com a realidade chegando a se concluir que tal proposição é verdadeira, ela acaba por caracterizar um estado de coisas existente, ou um fato.

Assim, pois, o sinal proposicional fica dado de maneira tal que deve ter sua significação enquadrada nos seguintes termos:

Segundo a explicação que é dada inicialmente no *Tractatus*, um signo é “aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo” (TLP § 3.32); um “símbolo” ou “expressão” é uma proposição ou parte de uma proposição que caracteriza ou é “essencial para” o sentido da proposição, podendo ser partilhado por diferentes proposições (TLP § 3.31 e segs., 3.32).

Dessa forma, se há algo que é dito por todo um conjunto de diferentes proposições, então há uma expressão que caracteriza essa classe de proposições – por exemplo, as proposições “*A* é vermelho”, “*A* é verde” etc., todas dizem que *A* tem cor. Isso é algo que não pode ser expresso por uma proposição bipolar, já que envolve um conceito formal como “cor”, mas somente pelo uso de uma variável proposicional cujos valores são todas as proposições que atribuem cor a *A*⁴.

Em voga fica, pois, o conceito de *expressão*, concebido como cada parte da proposição que caracterize seu sentido, de maneira tal que a proposição é, ela própria, uma expressão (cf. TLP § 3.31).

Retornando ao que se disse sobre a correlação que pode ser feita entre o mundo e a linguagem, deve-se ratificar o supramencionado afirmando que os nomes nomeiam os objetos do mundo (enquanto constituintes últimos da linguagem, podendo ser identificados como um “sinal primitivo” ou mesmo como “átomo da linguagem”), ao passo que as proposições em geral *apenas descrevem* uma situação possível do mundo. Possuidoras de uma estrutura lógica fundamental, as proposições apenas podem *mostrar* tal estrutura (ou seja, o *como* as coisas acontecem no mundo), mas nunca *descrevê-la* (o que acontece)⁵.

Veja-se: a própria linguagem possui esta forma lógica. Se se quer falar desta forma, deve-se utilizar uma outra linguagem (metalinguagem) para versar sobre aquela. A metalinguagem, entretanto, também deve possuir sua própria forma lógica, por sinal idêntico à da linguagem que lhe originara, caso contrário não poderia afirmar nada sobre ela. Daqui decorre um problema: esta metalinguagem originada, ao se referir à linguagem-objeto, apenas *falaria sobre* esta última, nunca acerca da forma lógica daquela, dado que assim estaria falando de sua própria forma lógica.

O resultado de tal problemática, pois, seria a construção de certo edifício ou hierarquia de proposições, cada qual se remetendo à explicitação da anterior. Entretanto, é exatamente a isto que Wittgenstein se opõe, proposta defendida por um de seus contemporâneos, Bertrand Russel. A tal assunto ele dedica parte do *Tractatus*; dentre os aforismos, lê-se:

⁴ GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. pp. 333-334.

⁵ Sobre isso Wittgenstein afirma: “A proposição *mostra* seu sentido. A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz que* estão assim” (TLP § 4.022). E mais: “A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição *mostra* a forma lógica da realidade. Ela a *exibe*” (TLP § 4.121).

A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo (TLP § 4.12).

O que *pode* ser mostrado não *pode* ser dito (TLP § 4.1212).

Salientada a questão do *descrever* e *mostrar* da forma lógica na proposição, entra-se na temática da figuração da realidade propriamente dita quando da admissão, por parte de Wittgenstein, dos conjuntos de proposições existentes, a saber, o das proposições *simples* e o das *complexas*⁶.

O primeiro grupo de proposições compreende aquelas que realmente garantem a figuração do mundo, pois a elas se chega a um valor de verdade (verdadeiro ou falso) pela comparação direta com a realidade. São ditas, portanto, proposições elementares, atômicas ou simples, e possuem certas características, tais como: serem proposições independentes, uma só ser a possibilidade de serem verdadeiras ou falsas, serem combinação de nomes sob a forma de “sujeito/predicado” e determinarem totalmente as proposições complexas.

Afirmou-se anteriormente que se nomeiam os objetos do mundo por meio dos nomes. Entretanto, há nomes que não nomeiam nada existentes, como *e*, *ou*, ou mesmo o *se*. Eles são chamados conectivos lógicos e fazem a ligação entre proposições elementares, formando as chamadas proposições complexas. Estas são caracterizadas, sobretudo, por serem *funções de verdade*, isto é, têm sua veracidade ou falsidade determinada por algo duplo: primeiro pela análise de suas partes constituintes (as proposições simples – que podem ser comparadas com a realidade) e segundo pelas tabelas de verdade de cada conectivo lógico, por suas condições de verdade⁷.

A questão importante aqui é, logo, a de se constatar que na verdade às proposições atômicas é imputada a responsabilidade de figurar a realidade do mundo, sendo por isso mesmo considerada uma pintura lógica dos fatos. Mas isso só se torna

⁶ Antes de mais, deve-se ter em vista que, dada a brevidade desta exposição, não se adentrará profundamente na questão das proposições da Lógica; elas não têm muita relevância no tipo de trabalho presente. Também se pode perguntar acerca da possibilidade de discurso da Filosofia, enquanto contém em si as palavras da ética e da metafísica: são meros contra-sensos por não poderem ser comparadas com a realidade. O que se disse sobre a brevidade da exposição leva a não se adentrar em profundidade neste terreno; cita-se para que se saiba que há uma referência a tal assunto.

⁷ O tema das tabelas de verdade diz respeito às proposições da lógica, as quais não se esmiuçarão pelo motivo anteriormente mencionado.

possível, segundo Wittgenstein, por conta de certa identidade estrutural existente entre o mundo e a linguagem: a forma lógica. Melhor: há uma relação isomórfica entre ambos e isto é indispensável para que possa haver uma figuração, de modo que tal figuração nada mais é que uma teoria da verdade enquanto adequação.

3. O Pensamento

A figuração supradita, nesse sentido, leva a adentrar o campo do pensamento, em Wittgenstein. E isso porque na ótica considerada a figuração nada mais é que uma maneira de representação, na qual uma instância se torna imagem de outra. Em termos mais precisos dentro do tema desta exposição: a teoria da figuração tem por finalidade a representação do mundo pela linguagem.

Viu-se que deve haver certa correspondência entre os elementos da linguagem e os do mundo; com isso também se afirmou que “os elementos da figuração substituem nela os objetos” (TLP § 2.131). Falou-se também da *forma do objeto*, como justamente sendo a possibilidade de serem pensados apenas na liga de suas relações, o que leva a enxergar que “a figuração consiste em estarem seus elementos uns para os outros de uma determinada maneira” (TLP § 2.14), de modo que os elementos da figuração devem estar relacionados de alguma maneira. Importante, pois, é perceber que “essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta [estrutura], sua forma de afiguração” (TLP §2.15). E ainda: “a forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para a outra tal como os elementos da figuração” (TLP § 2.151)⁸.

Entretanto, há que se indagar como a figuração consegue descrever a realidade, ao que se responde afirmando que a figuração como que se “enlaça” com a realidade, indo até esta última tal como uma régua vai até o objeto a ser medido. Como a régua mede algo por suas extremidades, assim também a figuração, por sua *relação afiguradora*: “a relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas” (TLP § 2.1514), ao passo que “essas coordenações são como que as antenas dos elementos da figuração com os quais ela toca a realidade” (TLP § 2.1515).

⁸ Wittgenstein assevera ser a figuração já, por si, um fato, já que figurar implica relação entre objetos, como ocorre num fato. Esse assunto parece lembrar o que se disse anteriormente sobre o conceito de sinal proposicional.

Como se apontou há pouco, para que algo possa ser figurado, este deve possuir algo em comum com aquilo que lhe vai figurar, de tal modo que é exatamente o que se diz do fato: “o fato, para ser uma figuração, deve ter algo em comum com o afigurado” (TLP §2.16). Este “algo em comum”, pois, nada mais é do que a *forma de afiguração*.

A figuração, entretanto, pode afigurar a realidade de duas maneiras, o que depende das proposições descrevestes da realidade, de sorte que pode afigurá-la verdadeira ou falsamente. E isso porque “a figuração representa seu objeto de fora (seu ponto de vista é sua forma de representação)” (TLP § 2.173), além de que esta “[...] figuração concorda ou não com a realidade” (TLP § 2.21), de maneira tal que esta mesma figuração não pode se situar num plano exterior à sua forma de representação, ao mesmo tempo em que, enquanto figuração da realidade, representa seu próprio sentido (que é ser verdadeira ou falsa, mediante comparação da proposição – ou mesmo da figuração – com a realidade). O importante é que esta dita figuração deve ter a mesma forma da realidade que afigura, de tal modo que, conforme o que se disse sobre as proposições, a figuração não pode afigurar sua forma de afiguração; ela a exhibe⁹, apenas. E se esta forma de afiguração é a própria *forma lógica* – ou a *forma da realidade* –, logo identificar a figuração como *figuração lógica* é algo necessário.

Desse modo, segue-se que a “[...] figuração afigura a realidade ao representar uma possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas” (TLP § 2.201). Isso significa que “não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa” (TLP § 2.224), uma vez que isso só se torna possível, como se tem insistido nessas linhas, mediante a comparação com a realidade factual. É impossível um *a priori* aqui¹⁰, por conseguinte, inclusive a nível epistemológico, dado que aquilo que Kant considerava o *noumeno* ou a “coisa-em-si”, em Wittgenstein não pode ser conhecido por não haver uma linguagem adequada que expresse algo sobre tal “coisa-em-si”; pôr a ciência sobre este alicerce é fadá-la ao fracasso¹¹.

O que Wittgenstein tem em mente é, pois, lançar bases seguras sobre as quais se construa um discurso racionalmente válido e até infalível para a especulação científica. Por isso mesmo é que a ciência não pode utilizar as proposições tautológicas da Lógica

⁹ Cf. TLP § 2.172.

¹⁰ Alguns aforismos o confirmam, tais como: TLP §§ 2.222, 2.223, 2.224, 2.225.

¹¹ Deve-se lembrar que para Kant, apesar de a fundamentação para a ciência estar na faculdade *a priori*, a comprovação desta se dá, como em Wittgenstein, mediante a comprovação com a realidade.

ou mesmo as da metafísica, pois assim não se poderia haver comparação com a realidade. Tenha-se sempre em vista que a ciência deve ter seu âmbito delimitado a partir das *contingências*, e que podem ou não corresponder à realidade – método de comprovação.

Percebe-se, pois, que para Wittgenstein no *Tractatus*, há como se identificar a figuração lógica dos fatos com o pensamento¹², de modo que se se pode pensar algo, este mesmo algo pode ser figurado verdadeira ou falsamente. E, se assim é, logo os pensamentos verdadeiros em conjunto compõem *uma* figuração do mundo¹³, ou seja, uma maneira válida de se figurar a realidade. Não há, pois, uma única possibilidade de se falar do mundo, mas várias, desde que essas múltiplas formas sejam verificáveis pelo método comparativo com a realidade.

Fica fácil entender que o pensamento, se assim atua, deve ser organizado logicamente, caso contrário nunca se poderia chegar a um conhecimento seguro. Por isso mesmo é que Wittgenstein afirma que “[...] Deus poderia criar tudo, salvo o que contrariasse as leis lógicas. – É que não seríamos capazes de *dizer* como pareceria um mundo ‘ilógico’” (TLP § 3.031).

Entretanto, há que se investigar ainda mais profundamente a tantas vezes mencionada relação entre pensamento, linguagem e realidade, no cômputo de uma figuração lógica do mundo, tendo em vista que, se pensamento e figuração se identificam no *Tractatus*, logo se percebe que a figuração da realidade por meio da linguagem é responsabilidade do pensamento. Mas como isso se dá?

Disse-se anteriormente que a proposição elementar é a única linguagem que traduz a realidade diretamente; essa informação é importante, pois daqui é que se chegará a compreender que o pensamento utiliza tal linguagem proposicional para realizar a figuração; isto é, o pensamento se lança sobre a realidade por meio e sua forma peculiar de expressão – “Na proposição o pensamento se exprime sensível e perceptivelmente” (TLP § 3.1) – o que fica claro quando da observação de que para se fazer uma projeção de uma dada situação, faz-se através de um sinal, quer seja ele escrito, sonoro ou outro; aqui se encontra a atuação do pensamento, desde o ponto de vista tractatiano.

¹² Cf. TLP § 3.

¹³ Cf. TLP § 3.01.

Lembrando o que se afirmou sobre o sinal proposicional, o mesmo nos revela o sentido da proposição. Fica fácil entender, pois, que é justamente o “pensar o sentido da proposição” que constitui aquilo que no *Tractatus* se define por *método de projeção*; e isto implica, necessariamente, uma relação entre sinal proposicional e pensamento: “O sinal proposicional empregado, pensado, é o pensamento” (TLP § 3.5) e “O pensamento é a proposição com sentido” (TLP § 4). Isso nos leva a concluir que se há uma linguagem proposicional – segundo a ótica de Wittgenstein – é porque tal linguagem é conseqüência direta da existência do pensamento:

[...] A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo (TLP § 4.002).

Se se remonta à matemática, poder-se-á ver mais clarificadamente como se dá a relação projetiva do pensamento, ao comparar tal idéia às funções, nas quais para cada valor de “x” tem-se um f(x) – ou “y” – determinado. Assim:

$$f(x) = x+1$$

$$\text{Se } x=1$$

$$f(1) = 1+1 = 2$$

$$\text{Se } x=2$$

$$f(2) = 2+1 = 3$$

$$\text{Se } x=3$$

$$f(3) = 3+1 = 4$$

Enfim: há uma correspondência direta entre os valores de “x” e de “f(x)”. e é esta a correspondência existente entre a linguagem e a realidade. Há fato e proposições que os descrevem, tendo por mediação o pensamento, possuidor de tal função unitiva.

Assim, pois:

Se:

x – corresponde ao “Fato”

y – corresponde ao “Sentido da proposição”

f – corresponde à “Figuração”

Logo:

$$f(x) \cong y$$

Já se falou anteriormente na possibilidade de a figuração figurar a realidade verdadeira ou falsamente; isso, contudo, só se poderá saber mediante a comparação da linguagem com a realidade: se há concordância entre as duas, a figuração é verdadeira, caso contrário será falsa. E é exatamente por este motivo que não faz muito sentido falar proposições metafísicas, dado que não se pode estabelecer uma comparação nos moldes

supracitados. E se não se pode realizar tal comparação, logo as proposições metafísicas não são simplesmente falsas, mas sem sentido, já que não há um objeto no mundo a que possam ser comparadas¹⁴; de maneira que de metafísica e ética não se pode esperar uma linguagem científica. Se é assim, não se pode falar nelas: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (TLP § 7).

O que fica subtendido é um caráter trágico estabelecido pela crítica da linguagem, já que ela como que se torna autofágica; em síntese:

[...] a lição que extraímos disso tudo é o fascinante exemplo de vida de um gênio, que no *Tractatus* vem expressa sob a forma da tragédia e da redenção propiciadas pela crítica da linguagem. A tentativa logicamente suicida de estabelecer os limites da linguagem se resolve na constatação de que, por mais que se procure a expressão correta para dizer em que consistem os limites da linguagem, tal expressão jamais será encontrada, em virtude da essencial limitação da linguagem. Essa constatação é a clarificação última, que envolve uma renúncia total ao dizer metafísico. Paralelamente à escada lógica, representada pela crítica da linguagem, o jovem Wittgenstein inicia a penosa subida da escada da ética ao alistar-se como voluntário. A experiência suicida dos horrores da guerra lhe permite finalmente subjugar a vontade individual, estabelecendo as condições para uma experiência mística. O resultado final é a descoberta do sentido da vida pela clarificação conceitual. Nesse momento, no topo das duas escadas, lógica e ética se encontram: sobre aquilo que a clarificação lógica mostra que não devemos falar, temos o dever ético de calar¹⁵. A iniciação está completa. Como forma de argumentação o *Tractatus* pretende propiciar ao leitor as condições necessárias para a repetição de um tipo de experiência que Drummond sintetiza muito bem nos versos finais de seu “Canto Eponjoso”:

“Vontade de cantar. Mas tão absoluta
que me calo, repleto”.¹⁶

4. Reflexões conclusivas

Diante de tudo o que se disse nas linhas precedentes fica diante de nossos olhos um verdadeiro edifício elucubrativo de Wittgenstein acerca da linguagem, seus limites e

¹⁴ De modo que há uma diferença entre “proposição falsa” – na medida em que não há correspondência entre um fato e a linguagem utilizada para descrevê-lo, mas que existe um objeto no mundo para que se faça a comparação – e “proposição sem sentido” – que se dá quando não há meios de se estabelecer qualquer comparação por não existir nada no mundo para se fazer a comparação com seu conteúdo. Assim: se João é ou não estudioso, temos como constatar; já em se afirmar que “Deus é bom”, isso não se pode saber, já que Deus não é um objeto do mundo factual, da ciência experimental enquanto tal, mas sua existência se restringe ao âmbito da fé.

¹⁵ Sobre este tema – encontro entre Ética e Lógica – é interessante observar que “[...] em carta a von Ficker (FL 10/11.19), [Wittgenstein] declarou que o *Tractatus* ‘consiste em duas partes: a parte que aqui está e tudo aquilo que *não* escrevi. E é justamente essa segunda parte a importante [para o homem se autodeterminar]. Pois o Ético se delimita de dentro para fora... por meu livro; e estou convencido de que, *a rigor*, SOMENTE assim pode ser delimitado’” (GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. p. 129).

¹⁶ MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. *Iniciação ao Silêncio*. pp. 360-361.

suas potencialidades, sobretudo quando se estabelece uma relação entre esta e o mundo dos fatos, diante do que se faz possível, por meio do pensamento, figurá-lo.

Entretanto, para nós alguns aspectos precisariam ser mais especificados, mesmo dentro da obra posta em relevo, que parecem apontar para pontos-cegos ou de visualização e explicitação deficientes, por parte do próprio filósofo. Dentre eles podem ser destacados:

- a. a questão referente a existência de objetos simples e complexos – e, se existindo esses últimos, qual seria a natureza dos mesmos;
- b. como resolver a forma geral da proposição;
- c. a relação entre o método dos geômetras e o método de projeção para a figuração do mundo;
- d. sobre o pensamento, defini-lo de maneira mais clara sem cair no psicologismo que tanto se procurou evitar, deixando de assumi-lo como algo subentendido e que não é, pois, trabalhado; dentre outros.

Parece-nos que Wittgenstein acabou por ser traído por suas próprias palavras, já que, enquanto se julga competente para libertar a linguagem científica das amarras da metafísica e da ética, para tal intento faz uso do ontologismo, que perpassa toda a reflexão inicial sobre o mundo e seus componentes.

Ainda mais: o filósofo tem a pretensão de libertar a linguagem científica de todo e qualquer psicologismo; mas quando vincula o método de projeção ao pensamento, sem apresentar este último objetivamente, mas lhe citando como pressuposto, será que isso não é já psicologismo? O sentimento e a abertura para o místico, que diametralmente atravessa as reflexões do *Tractatus*, não dão margem a que se experimente aquilo que é próprio da metafísica e de seu discurso, além de nos possibilitar pensar em tal questão e, como tal, deve ser passível de ser descrita pela linguagem?

Fica, pois, nossa inquietação pessoal aqui exposta, mesmo que concordemos com a possibilidade de figuração dos fatos pela linguagem, através da utilização do pensamento logicamente constituído.

5. Bibliografia de apoio

Para um maior esclarecimento, inclusive mais abalizado, sobre o tema da figuração, algum material pode ser encontrado. Indico, pois, uma breve bibliografia que se consultada propiciará uma compreensão mais aprofundada do assunto que aqui se tentou desenvolver sinteticamente:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. bras. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1^a. ed, 1983.

ALMEIDA MARQUES, José Oscar de. *A Ontologia do **Tractatus** e o Problema dos **Sachverhalte** Não-Subsistentes*. São Paulo: Unicamp, 1999.

_____. *Espaço e tempo no **Tractatus** de Wittgenstein*. São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. *Forma e Representação no **Tractatus** de Wittgenstein*. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. *Linguagem, ontologia e representação na primeira filosofia de Wittgenstein*. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. *Pensar o sentido de uma proposição*. São Paulo: Unicamp, 2000.

CARDOSO, Pe. João Santos. *Wittgenstein e a dimensão Ética da Linguagem*. In: VV.AA. *KAIRÓS: Revista Acadêmica da Prainha*. Fortaleza: ITEP/ICRE, Vol. II, n° 1, janeiro/julho 2005.

CARVALHO, Joelma Marques de. *O que é anterior: linguagem ou intencionalidade?* In: VV.AA. *KAIRÓS: Revista Acadêmica da Prainha*. Fortaleza: ITEP/ICRE, Vol. II, n° 2, julho/dezembro 2005.

FREGE, Gottlob. *O Pensamento – uma investigação lógica*. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Trad. bras. Cláudio Ferreira da Costa. Campinas: Unicamp, 1996.

GARGANI, Aldo G. *Wittgenstein*. Trad. bras. Carmem Carvalho. Lisboa: Edições 70 (Biblioteca Básica de Filosofia), 1988.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. bras. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, P. M. S. *Sobre a eliminação da Metafísica por meio da análise lógica da linguagem de Carnap*. In: *Cadernos Wittgenstein*. São Paulo: EDUSP, Vol. I, 2000.

MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. *Iniciação ao Silêncio: uma análise do **Tractatus** de Wittgenstein como forma de argumentação*. São Paulo: Edições Loyola (Coleção Filosofia), 1998.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola (Coleção Filosofia), 1996.

PENCO, Carlo. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Trad. bras. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

PENHA, João da. *Wittgenstein*. São Paulo: Ed. Ática (Série Princípios), 1995.

PINTO, Antônio Vaz. *Introdução ao Tractatus Lógico-philosophicus de Ludwig Wittgenstein*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1982.

RUSSELL, Bertrand. *Lógica e Conhecimento*. In: *Ensaio Escolhidos*. Trad. bras. Pablo Rúben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1978.

SANTOS, Luiz Henrique L. dos. *A essência da proposição e a essência do mundo*. In: *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2ª. ed. 1994.

V.A. *Vida e Obra*. In: *Investigações Filosóficas*. Introdução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1984.

VESCIO, Bryan. *Introduction to the new edition*. In: *Tractatus Logico-philosophicus*. Trad. ing. C. K. Ogden. New York: Barnes & Nobles Books, 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. Trad. bras. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2ª. ed., 1994.